

JUSTIFICATIVAS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUAGEM PEDAGÓGICA COMO DISTORÇÃO SOCIAL

*Tania Maria Marinho Sampaio**

Sob a ótica dos filósofos, o momento da Filosofia surge na hora em que a realidade se torna problemática a seu observador que, assumindo uma atitude de "distanciamento", passa a indagar sobre a ordem e o sentido das coisas que o rodeiam. Seguindo o traço peculiar à espécie humana - a sua capacidade de falar e conseqüentemente agir sobre a realidade segundo este seu falar é que em nós, também se acendeu o centelhamento do tão cobiçado desejo de reconhecer e colocar em suspenso o discurso humano, tentando alertar para uma possível análise crítica sobre a maneira de como os homens agem entre si, através do uso que fazem da própria linguagem.

Assim, este artigo versa sobre uma proposta acerca da linguagem, compreendida como a própria forma de o homem agir junto a seu grupo, querendo demonstrar que o falar constitui-se numa prática histórico-social.

Encaramos a Linguagem como prática comunicativa que eventualmente dirigimos para um paradigma de ação que se desenrola no seio de uma instância social - a Escola - que servirá de modelo para o exame da concepção de linguagem como ação. Esta preocupação com a ação comunicativa pedagógica se propõe um pouco mais, visando demonstrar que, inerente a essa forma de ação, está impregnado um traço social de aspecto discriminatório em relação aos indivíduos (alunos) provindos de diferentes classes sociais, numa sociedade assim dividida.

Procurando pautar-nos pelos princípios da clareza didática, dividimos os argumentos em alguns itens que visam dar conta do encaminhamento e das etapas sucessivas impostas ao tratamento do tema. Assim:

1. Por qual via se pode firmar o elo entre a ação comunicativa e a sociedade?

Parte-se como princípio norteador das idéias que, o meio ou instrumento de que nos servimos para nos relacionarmos (nos comunicarmos) com o contexto social que nos rodeia, ou seja a nossa possibilidade de acesso ao real, se efetiva pela via da linguagem. Leva-se ainda em consideração que, sendo essa relação mediatizada pela linguagem, a questão aqui proposta se torna uma questão redutível ao seu próprio estudo. Assim, sendo nossa idéia do que pertence ao domínio da realidade entregue pela linguagem que utilizamos ao tentar captá-la, ela (a linguagem) virá a nos explicitar simultaneamente, a forma da experiência que se tem dessa realidade.

*Professora Adjunto da Universidade Federal Fluminense - RJ.

Daí então, ao permitirmo-nos falar sobre a linguagem, (além é óbvio, de falar com a linguagem) é que levantamos a possibilidade de realização de um estudo crítico a seu respeito e como tal, por consequência imediata, também um posicionamento crítico a respeito da experiência que ela encarna, ou seja, o modo de apreensão social que essa experiência reflete. Torna-se para nós, conclusivamente, a linguagem, o reflexo da prática que se exercita sobre a realidade social que nos rodeia, ou como diremos, a linguagem encarna uma prática social concreta: a figura do falante que, ao executá-la, será instituído como um ser social, à medida que for assumindo a condição lingüística, no desempenho deste ou daquele papel social.

Além disso, ao se voltar à análise do uso que o falante faz da linguagem (enquanto realiza a sua experiência ou a sua prática frente ao meio que o circunda) é que levantamos também a possibilidade de uma outra questão em paralelo: detectar a impregnação ideológica, (identificando-a em relação à linguagem ordinária), contida nessa linguagem e nessa sociedade, enquanto sociedade dividida em diferentes classes sociais e como tal, geradora de diferentes experiências sociais por parte de tais falantes, reveladas pelos usos que eles fazem de diferentes códigos lingüísticos. Códigos estes que criam para essas classes sociais, distintas ordens de relevância e de organização da realidade: é a acusação da estrutura social a se propor como determinante do comportamento lingüístico.

2. Por que elegemos a ação comunicativa pedagógica como palco desta prática social?

O comprometimento em estudar a linguagem como forma de agir no mundo, leva a nos depararmos com possibilidades múltiplas de papéis, funções as mais diversas que os indivíduos desempenham, de acordo com o contexto social em que eles estiverem atuando. Como nos é impossível um estudo que abranja todas as posições sociais que perfazem a ação comunicativa em seu conjunto, elegemos a ação comunicativa pedagógica como paradigma que nos permite observar a forma de ação escolar, enquanto inscrita no uso que as figuras professor/aluno fazem da linguagem neste contexto específico.

Todos sabemos que o ingresso do indivíduo na ordem social é marcado pelo seu nascimento, de modo que a família é responsável pela etapa inicial da sua formação social, transmitindo-lhe a estrutura básica do discurso do grupo a que pertence.

Conforme proposto no item 1, essa relação que o indivíduo trava com o meio social que o cerca, ou seja, a prática social que ele realmente efetiva, se traduz de acordo com o tipo de experiência que ele estabelece com o meio que o circunda, usando para tal, uma linguagem que deixa transparecer o seu modo de apreender a realidade. Numa sociedade tal como caracterizamos, dividida em classes sociais, depreendemos que essas experiências variarão de acordo com a posição do indivíduo, na discriminação dessa ordem social já estabelecida.

Assim, a partir do seu nascimento, o que a família de determinada classe transmitirá ao indivíduo, será uma forma própria de apreensão do real, envolto num tipo de código lingüístico que regulará o quê, quando e como são ali estruturadas as relações sociais.

Contudo, nos cabe salientar o papel da escola, a partir da prática da ação comunicativa que nela se desenrola, frente a esta sociedade de antemão discriminadora de seus membros. Dentre tantas instituições sociais, destacamos a Escola, por lhe atribuímos a função de continuar, de forma mais coercitiva, a socialização iniciada no seio familiar. É ela, como instituição, que se disporá a preparar o indivíduo para assumir um lugar de homem concreto dentro da sociedade, capacitando-o a exercer tal ou qual profissão ou tal ou qual tarefa que dela provenha o seu sustento. Esta forma de ação (revelada no uso da linguagem da Escola), é que constitui o ponto nevrálgico que pretendemos apontar.

A Escola, a partir do momento que se reveste sob um senso aparentemente democrático, prega oportunizar a todos que nela ingressar, a aprendizagem dos conhecimentos que ela detém em seu poder, a fim de que, através das mesmas chances iniciais a todos concedidas, possam atingir o mesmo nível de prosperidade profissional, financeira e social, ao concluírem um estágio de permanência nela. Contraditoriamente, acusamos que essa escola, enquanto gerada pela sociedade dividida em classes, representa o lugar exato da conversão das relações de forças materiais presentes na base dessa sociedade (as classes dominantes cabe o acesso aos maiores bens materiais) numa relação de forças simbólicas (pela pregação de uma forma de conhecer com seus conteúdos sistematizados, os bens materiais, que também essa classe dominante arbitrou como legítimos). E, mais ainda, como essa relação de forças simbólicas são expressas sob a relação final de forças lingüísticas (que, pela própria situação da ação comunicativa, dissimulam, ao mesmo tempo que endossam a violência material sofrida pela classe dominada), através de um código lingüístico que a escola usa e quer ver usado (também arbitrado como legítimo pela classe dominante); código este que pressuporá a vivência prévia (familiar) de uma forma de socialização que a ele conduz, bem como às formas de pensamento a que ele dá acesso, restritas, do mesmo modo, às famílias provindas das classes dominantes.

É desta forma que, na ação comunicativa pedagógica, um nível de violência simbólica é exercida sob o tipo de linguagem que veicula a prática que deverá se desenrolar na escola: ou que é na própria possibilidade do uso da linguagem por ela adotada, que se permeabilizará a relação de assimetria social existente no seio da sociedade dividida em classes. Desta maneira, juntamos argumentos a fim de poder trazer à baila o problema de como se vincula o uso da linguagem às condições sociais e econômicas dessa sociedade, ou mais ainda, como através dessa vinculação, é que se desvenda na situação da comunicação pedagógica, especificamente, as relações de forças lingüísticas, reflexo das relações de forças sociais e econômicas.

A partir de então é que este artigo pode ser tomado como um instrumento que vem suscitar uma análise crítica, pela abordagem assumida em não meramente querer explicar o mecanismo de funcionamento da prática comunicativa tal como está constituída na escola de uma sociedade capitalista, mas acima de qualquer outro interesse, o colocar em evidência, aquilo que ela mascara: seus determinantes materiais e essencialmente simbólicos, que fazem do aparente fracasso dos alunos das classes menos favorecidas, o próprio êxito da escola, ou o que julgamos ser uma disfunção, a constituir-se na própria função da escola.

3. As teorias que conciliam esta perspectiva crítica da ação comunicativa pedagógica:

Duas teorias são aproximadas, tendo em vista uma hipótese de trabalho já mencionada: o processo da ação comunicativa pedagógica e sua relação com a sociedade dividida em classes. Este tema se faz pertinente também ao campo da Filosofia da Linguagem, pela pretensão de suspeitar, criticamente, da linguagem da escola, tomando-a como a própria manifestação da ação pedagógica, visando ainda realçar o caráter ideológico contido nesse tipo de discurso, enquanto fruto de linguagem provinda de uma instância institucional, que serve à sociedade. Para tal, são eleitas a Teoria dos Atos de Fala desenvolvida por Austin¹, bem como a Teoria da Economia das Trocas Lingüísticas de Bourdieu². Bourdieu, que apesar de estar preso a outra vertente que não da Filosofia da Linguagem, posto que seus estudos estão eminentemente voltados a aspectos sociológicos da educação, vem unir-se a este momento, pelo interesse que se tem em frisar o reflexo da assimetria social impregnada em códigos lingüísticos usados pelas diferentes classes sociais.

De antemão, se faz necessário realçar o aspecto conceitual de linguagem aqui utilizado, aspecto este que representa o princípio fundamental pelo qual se norteia esta apresentação.

Danilo Marcondes³, ao afirmar que a Filosofia tem na linguagem a sua "lança de Telephus", isto é, a origem e a solução do problema, diz muito abertamente como a Filosofia da Linguagem responde, num primeiro momento, a essas indagações de "como deve a filosofia proceder?" e de "como fazer filosofia?" E ao tentar a resposta, propõe que esta se efetive através da análise da linguagem, sobretudo da linguagem ordinária, da linguagem como é utilizada pelos falantes de uma língua, ou ainda, da linguagem corrente. É assim que define a investigação filosófica, através da preocupação metodológica que busca ostensivamente evitar uma filosofia especulativa, que pode levar ao

1 - AUSTIN, J.L., 1978.

2 - BOURDIEU, P. 1981.

3 - Souza Danilo, 1984, p. 15.

solipsismo e, conseqüentemente, a uma posição dogmática, arbitrária, injustificável.

É esta sua proposta de uma filosofia da linguagem ordinária, entendida como “filosofia crítica”, realizada através do exame da linguagem como uma prática social concreta: é por meio da linguagem que se efetiva a interação social; é apenas enquanto falamos uma linguagem que podemos nos entender uns com os outros, que podemos nos comunicar e vale ainda somar que podemos agir comunicativamente nesse espaço-tempo recortado que é o espaço social. Tal agir pressupõe pela rede de acordos estabelecida socialmente, o reconhecimento mútuo da identidade de seus participantes, bem como um propósito implícito nesta comunicação que se efetiva. Para que tal propósito ou intenção seja reconhecido reciprocamente, admite que só perante certas regras é que essa ação comunicativa se torna eficaz, a regular em última instância a própria forma do comportamento humano, fazendo-se da linguagem, a condição de possibilidade da prática comunicativa.

É sustentando a linguagem como eminentemente prática comunicativa, que Danilo Marcondes aponta a “Teoria dos Atos de Fala” como um projeto capaz de atender às exigências da filosofia crítica, na hora em que mostra ser a linguagem dependente de um contexto socialmente determinado. É o exame da linguagem voltado para a articulação linguagem/sociedade da qual é a linguagem que se pode constituir como o próprio método crítico para o filósofo refletir sobre o agir e o interagir socialmente em uma comunidade.

Contudo não se pode deixar de abrir mão da relação entre essa Teoria e a concepção do significado como uso, proposta por Wittgenstein⁴.

É através do conceito de jogos de linguagem, introduzido por Wittgenstein, que a linguagem passa a ser pensada, pela Filosofia, como um instrumento para a interação entre indivíduos e não mais como o modo de expressar e representar o pensamento, ou se referir a uma realidade pré-existente a ela: parte da afirmativa de que essa realidade não pré-existente, porém é construída pela linguagem, numa relação de dependência mútua - realidades diferentes geram linguagens diferentes e linguagens diferentes geram percepções distintas da realidade. Se os falantes participam de uma mesma forma de vida, eles irão receber o mesmo “treinamento” a respeito de como empregar ou usar as expressões lingüísticas: é a prática histórico-social que especifica e identifica os atos comunicativos.

Assim, está implícito na noção de linguagem de Wittgenstein a noção de que, numa relação lingüística, o proferimento (enunciado) é o meio pelo qual o falante realiza um ato que é normalizado pela prática social. E é ainda através dessa prática social, afirma Wittgenstein, nas Investigações Filosóficas, das

4 - WITTGENSTEIN, L., 1975.

situações, usos, costumes e instituições que se torna possível detectar a intenção daqueles que falam. O "ter a intenção de dizer" corresponde a "poder dizer", que implica por sua vez em "saber fazer", ou ainda, ter o domínio de uma técnica, de um agir de acordo com normas e convenções.

A partir de então, é que se pode compreender o porquê da Teoria dos Atos de Fala ser considerada uma sistematização e um aperfeiçoamento da concepção de significado como uso. Faz-se necessário ressaltar que ambas as teorias (a de Wittgenstein e a Teoria dos Atos de Fala) foram formuladas independentemente uma da outra, entretanto, tal fato não invalida o juízo acerca da existência de uma relação entre elas. Embora seja clara a proximidade entre essas duas concepções, uma diferença importante deve ser notada: o conceito de jogos de linguagem acentua o caráter fragmentário da linguagem, isto é, a linguagem em Wittgenstein não apresenta uma estrutura básica, uma forma geral. A Teoria dos Atos de Fala por sua vez, apresenta uma concepção sistemática do que seja a linguagem, ao tentar classificar os usos, o que tornaria a Teoria dos Atos de Fala não só um suporte necessário à teoria do sentido, baseado no uso, como ainda visaria explicar as condições de realização da comunicação lingüística.

O interesse pela Teoria dos Atos de Fala, como patamar das idéias aqui apresentadas, se revela na hora que esta teoria possibilita a apreensão da conexão íntima entre as regras que constituem as normas lingüísticas e as normas sociais estabelecidas a partir das convenções sócio-culturais de determinado contexto social. Depreende-se da Teoria dos Atos de Fala um aspecto sobretudo importante para a perspectiva deste artigo, que o fato de que são as regras sociais (não-lingüísticas) que se tornam, em última instância, as responsáveis pelo escamoteamento do sentido ideológico já contido na linguagem, onde elas definitivamente se realizam; ou seja, detecta-se um processo mútuo de pontuação das regras lingüísticas sobre as regras sociais e vice-versa, processo este responsável pela interação lingüística e conseqüentemente social, dos falantes de uma comunidade.

Assim, com o foco dirigido para o nosso interesse verificamos que pela Teoria dos Atos de Fala, (apesar de esta não constituir a única teoria, nem a primeira), a Filosofia da Linguagem, ela própria, rompe com suas tradições, quando via na linguagem o meio através do qual se interpretava a realidade e agora a coloca como o modo de agir no mundo, ou mais ainda, de se interagir socialmente, apontando a linguagem como constituidora dessa realidade, enquanto aquela que propicia a nossa atuação em uma comunidade social.

Será pelos subsídios teóricos fundamentados por Austin que este entregará à linguagem a possibilidade última de equivalência entre o proferimento lingüístico e a realização de um determinado ato, não significando, é claro, que praticar determinada ação seja simplesmente dizer certas palavras. Frisa o autor que, algumas palavras só equivalem à realização de um ato, se certas condições forem preenchidas. São exatamente estas condições, que vêm a

comprovar que um proferimento lingüístico para ter efeito na interação social tem que ser definido por uma NORMA, ou ainda, por uma CONVENÇÃO que o sujeito lingüístico invocará e que estabelecerá que o preferimento de tais palavras terá a força ou o valor de tal ou qual ato, e conseqüentemente, suas obrigações ou sanções.

Assim, a Teoria dos Atos de Fala representa a possibilidade de uma dimensão pública e dialógica da linguagem, à medida que esta se presta para executar atos que se definem: 1^o) pela relação palavra/norma social e 2^o) pela relação palavra/interação: o estabelecimento de uma forma de comunicação ou de interação do locutor com seu interlocutor, por meio da invocação de uma norma ou convenção.

A partir então da apreensão de que os atos de fala são definidos por normas, e não pela intenção privada de um sujeito, e que estabelecem as condições em que dizer é fazer, pode-se concluir, com vistas a este artigo, que a ligação entre o proferimento lingüístico e o ato realizado não é uma relação natural, como seria se pensássemos dentro do esquema tradicional, o proferimento como descrevendo um estado de coisas, um ato distinto dele; nem tão pouco, uma relação causal. Essa ligação, ao contrário, é estabelecida convencionalmente: é tão-somente no contexto de uma maneira institucionalizada de proceder, que dizer certas palavras equivale a realizar determinados atos.

De tais pressupostos provindos de Austin é que se possibilita que se interprete a instituição social e, nos voltando para o caso então presente é que apontamos a escola como a verdadeira instância ou substrato do ato de fala. Assim, para se descrever os diversos atos de fala praticados na ação comunicativa pedagógica, é necessário que se desvende sua base institucional, que estabelecerá não só as normas que governam seu sentido e sua força, mas que também por um efeito que chamamos de ideológico, fará surgir o sujeito individual como instância última do discurso, e a linguagem como expressão de seus pensamentos e representação dos objetos com os quais o aluno se depara. E esse o jogo da instituição escolar, tido como jogo da violência e da mistificação, perpassando toda a linguagem, sem que tenham disso consciência os sujeitos falantes, justamente por já se verem através da miragem do "sujeito concreto" (aluno e/ou professor), já interpelados pelo sistema de normas e sanções da própria instituição. Desta maneira, é que se caracteriza o peso que o discurso institucional, ou seja, o discurso escolar, pedagógico se reveste, a fim de garantir determinadas estratégias sociais, com as quais a escola se envolve, contrastando este caráter institucional e convencional, com o papel aparente do indivíduo como sujeito lingüístico, que detém o controle dessas convenções, efeitos e conseqüências de "seus" atos.

É finalmente pelos pressupostos de ordem social que revestem o ato de fala ao estipularem quem, quando e onde pode legitimar-se na posição de falante e/ou ouvinte, que resolvemos estender nossa preocupação, exemplificada na ação comunicativa pedagógica, com o papel que a escola, através de sua

linguagem institucionalizada desempenha, ao servir de reforço a uma relação de assimetria social, existente nas sociedades divididas em classes.

O estender de nossas idéias extrapola a Teoria dos Atos de Fala, pois que esta, ao pautar-se na convencionalidade dos atos de fala em circunstâncias sociais próprias, não se preocupou, haja vista sua proposta ser de cunho mais geral, com o que aqui se deseja demonstrar: a convencionalidade da linguagem institucionalizada pela escola, como meio, forma e instrumento de se frisar uma relação de assimetria social presente em sociedades divididas em classes. Assim é que a Teoria dos Atos de Fala serve de patamar, enquanto possibilita o tratamento da linguagem como forma de ação provinda de uma instância institucionalizada. Daí em diante, se estabelece, por interesse próprio aos argumentos aqui alinhavados, uma fronteira que engata a Teoria da Economia das Trocas Lingüísticas de Bourdieu à Teoria dos Atos de Fala, uma vez que a Teoria dos Atos de Fala institucionaliza a linguagem sem se preocupar com o aspecto da educação seja ela formalizada ou não. Mais ainda, o que aqui se aponta dela é o tratamento da linguagem enquanto proposta de vinculação das regras lingüísticas às sociais, realçando a condição da interação social e da linguagem como meio, além de acesso, da própria constituição da realidade. Julgamos então que a Teoria da Economia das Trocas Lingüísticas é que nos auxilia a dar conta dos efeitos da linguagem institucionalizada, uma vez que seu autor estendeu-se nos estudos que comprovam os tipos de linguagem, discriminatórios, usados pelas diferentes classes de uma sociedade assim dividida.

Bourdieu, sociólogo francês, voltou-se eminentemente para analisar o papel da linguagem na estrutura social, ou seja, as relações entre ela e as condições sociais de sua utilização nas situações de interação verbal. E exatamente Bourdieu, é que pode dar continuidade à hipótese aqui inscrita, uma vez que sua Teoria desloca o foco de análise da caracterização da linguagem para a caracterização das condições sociais em que ocorre.

Assim, a Teoria da Economia das Trocas Lingüísticas, ao dirigir o seu foco de análise para as relações de forças materiais e simbólicas que condicionam e determinam o uso da linguagem, objetiva mostrar que a estrutura das relações de produção lingüística depende da posição dos interlocutores na estrutura das relações de forças simbólicas, que por sua vez, espelham as relações de forças materiais que estruturam a sociedade. Essa teoria se torna particularmente rica, na hora que se propõe apontar os problemas da linguagem no contexto escolar, em sociedades nas quais o acesso das classes populares à educação formal, à escola, choca-se com a estrutura social de divisão de classes, de modo que relações de forças materiais e conseqüentemente relações de forças simbólicas, e entre estas, relações de forças lingüísticas presentes na sociedade invadem a escola, no tipo de comunicação aí efetivada, atuando com intensidade.

Através de sua teoria, pela análise que faz das relações entre a escola e a sociedade e das relações lingüísticas numa sociedade de classes e numa

escola que serve a essa sociedade, é que se possibilita vislumbrar a vinculação do uso da linguagem às condições sociais e econômicas dessas diferentes classes sociais. E que, é ainda essa vinculação que desvenderá, nas situações de comunicação pedagógica, as relações de forças lingüísticas, reflexo das relações de forças sociais e econômicas.

Desta forma, ao ter-se garantido através da Teoria dos Atos de Fala, o tratamento da linguagem provinda de uma instância institucionalizada, com o prosseguimento através de Bourdieu, é que se pode chegar a como uma linguagem institucionalizada sofre a determinação do conflito de interesses que caracterizam a sociedade. E nesta etapa última, ficam realçadas as relações assimétricas entre as classes da sociedade assim dividida, apontando que, os marginalizados nessa sociedade são os grupos ou as classes dominadas. Marginalizados socialmente porque não possuem força material (capital econômico) e marginalizados culturalmente porque não possuem força simbólica (capital cultural e lingüístico).

Conclusivamente, o rendimento escolar (na terminologia de Bourdieu) na comunicação pedagógica é baixo para as camadas populares dessa sociedade, uma vez que a ação comunicativa pedagógica não atinge seu objetivo de fazê-los adquirir a cultura "legítima", pelo não acesso ao tipo de linguagem usada pela escola; uma vez que na escola de uma sociedade dividida em classes, a diferença no uso de linguagem se transforma em "deficiência", que se constitui na não-rentabilidade da linguagem das classes dominadas, num mercado de dominação cultural e lingüístico, com a ESCOLA, posta a serviço dessa dominação: dominado pela linguagem, dominada é sua forma de pensar, agir e viver, numa escola e sociedade que assim o discriminaram.

Dando um fecho às idéias aqui alinhavadas, diríamos que nossa intenção maior foi apontar para a perspectiva da linguagem enquanto instância onde se realiza a possibilidade do jogo social. Compreende-se que ao dar conta, conforme perspectiva da Filosofia da Linguagem Ordinária (pela Teoria dos Atos da Fala), da realização social, a linguagem permite a transparência de suas normas, de suas regras, constituindo-se ela própria a condição de elemento institucionalizado. Esta institucionalização se realiza através da linguagem processada em instituições sociais como tais, ou mesmo pela via própria do discurso, de acordo com o contexto social, onde a intenção do falante se realiza à medida que ele se expressa de acordo com as condições (convenções), que tornarão clara a sua intenção. Resumindo: a linguagem se reveste desse caráter institucionalizado que nos permite, ao analisar suas regras, analisar simultaneamente a sociedade como elemento catalisador dessa mesma linguagem. Apesar de não explorar nas suas minudências a vertente da linguagem sob o foco da análise crítica da linguagem ordinária de Austin (e Danilo Marcondes no pensamento brasileiro), uma vez que esta breve exposição assim não nos permite, asseguramos todavia que a elegemos como ponto de partida para aqueles que desejarem especular sobre a ação linguagem/sociedade, bem como elemento condutor deste trabalho, por percebermos o

quanto a Filosofia da Linguagem tem-se voltado para uma leitura eminentemente crítica das relações de uma sociedade, nos permitindo chegar até às possibilidades últimas de elaborarmos uma nova proposta, ou refazer nosso ideal utópico de sociedade, ao lermos a tessitura sócio-lingüística que perpassa por nós neste histórico tempo presente.

A par da caracterização da institucionalização da linguagem, este trabalho se propôs um pouco mais, evidenciando a escola como a base mesma de um discurso que nela se processa. Neste momento é que emendamos o estudo da proposta de Bourdieu à Filosofia da Linguagem, com a preocupação de detectar os efeitos dessa institucionalização da linguagem no processo pedagógico em si. Esta se faz então a vinculação que propomos para reflexão: a Teoria da Economia das Trocas Lingüísticas aliada à Teoria dos Atos de Fala, no intuito de apresentar o aparato de um corpo teórico uníssono, que dê conta da caracterização da linguagem institucionalizada, bem como seus efeitos no discurso pedagógico, mostrando estar a escola carregada da carga ideológica que a sua condição de instituição social (e propiciadora da linguagem que aí se desenvolve) traz em seu bojo.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford, Oxford University Press, 1978.
- _____. *Quand Dire, C'est Faire*. Paris, Ed. du Seuil, 1980.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- _____. *Ce Que Parler Veut Dire; l'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 1982.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. e SAINT MARTIN, M. "Rapport Pédagogique et Communication", in *Cahiers du Centre de Sociologie Européenne; Soc. de l'Education II*, Mouton, Paris, 1981.
- SEARLE, J. R. *Speech acts*. Cambridge University Press, Londres, 1983.
- SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo, Cortez, 1984.
- WITTGENSTEIN, Ludvig. *Investigações filosóficas*. Coleção Os Pensadores, Ed. Abril Cultural, SP, 1975.